

Aspectos da escravidão urbana na cidade do Rio de Janeiro oitocentista:

trabalho, cotidiano e resistência na pena de Maria Graham

Aspects of urban slavery in the city of Rio de Janeiro in the 19th century: work, daily life and resistance in Maria Graham's writing

Denise G. Porto

Doutora e Mestre em História pelo PPGH da Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO, e licenciada em História pela Universidade Estácio de Sá – UNESA. Membro titular do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro – IHGRJ e do Instituto Histórico e Geográfico de Niterói - IHGN.

denisegporto@gmail.com

RESUMO: A escritora inglesa Maria Graham (1785-1842) esteve no Brasil por três vezes, entre os anos de 1821 e 1825, tendo percorrido as províncias de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro. Na Corte de D. Pedro I, Maria Graham estabeleceu residência e registrou, no *Diário de uma Viagem ao Brasil* (1956) e no *Esborço Biográfico de D. Pedro I* (1997), o retrato social, étnico, cultural e paisagístico de um Brasil desigual e escravista que, em meio a revoltas e rebeliões, passava por um turbulento processo de independência. Atenta observadora do cotidiano urbano carioca, a inglesa documentou a pluralidade das representações e resistências dos africanos cativos — homens e mulheres — na cidade e em seus arredores. Nesse sentido, as narrativas de Maria Graham sobre o tema, analisadas no presente artigo, revelam um panorama de grande relevância para a investigação histórica contemporânea, dando a conhecer certos aspectos notáveis da movimentada rotina dos escravizados de ganho e da comunidade quilombola do Vale das Laranjeiras. Essas narrativas destacam particularidades das estratégias de sobrevivência e de busca de autonomia das populações cativas no Brasil das primeiras décadas do século XIX.

PALAVRAS-CHAVE: Maria Graham; Rio de Janeiro; Escravidão.

ABSTRACT: The English writer Maria Graham (1785-1842) visited Brazil three times between 1821 and 1825, touring the provinces of Pernambuco, Bahia and Rio de Janeiro. At the court of King Pedro I, Maria Graham took up residence and recorded in *Journal of a Voyage to Brasil* (1956) and *Biographical Sketch of Pedro I* (1997) the social, ethnic, cultural and landscape portrait of an unequal and slave-owning Brazil which, in the midst of revolts and rebellions, was going through a turbulent process of independence. An attentive observer of Rio's daily urban life, the Englishwoman documented the plurality of representations and resistances of African captives, men and women, in the city and the outskirts of Rio de Janeiro. In this sense, Maria Graham's narratives on the subject, analyzed in this article, reveal a panorama of great relevance for contemporary historical research, revealing certain notable aspects of the busy routine of the enslaved and the quilombola community of Vale das Laranjeiras. These narratives highlight the particular survival strategies and the search for autonomy of the captive populations in Brazil in the first decades of the 19th century.

KEYWORDS: Maria Graham, Rio de Janeiro, Slavery.

Introdução

A escritora e pintora inglesa Maria Graham esteve de passagem pelas terras brasileiras por três vezes, entre os anos de 1821 e 1825. Durante esse período, percorreu as províncias de Pernambuco e Bahia e, fixando-se no Rio de Janeiro, registrou, no *Diário de uma Viagem ao Brasil* (Graham, 1956) e no *Escoço Biográfico de D. Pedro I* (Graham, 1997), o retrato social, étnico, cultural e paisagístico de um Brasil desigual e escravista que, em meio a revoltas e rebeliões, passava por um turbulento processo de Independência.

Em sintonia com a modernidade inglesa do início do Oitocentos, ao chegar ao Brasil, com 36 anos, Maria Graham já havia publicado na Inglaterra três diários de viagem e um livro de memórias. Destaca-se que, como escritora mulher, alcançou o feito extraordinário, para a época, de ter duas de suas publicações reeditadas em segundas edições, sendo sua produção literária igualmente bem-sucedida em termos de vendas na Inglaterra. Ao longo de sua vida, publicou um total de 17 obras, incluindo livros de viagem, história, arte, botânica e literatura infantil.

Dona de um estilo interpretativo marcado pela observação crítica, pelo refinamento descritivo e pela capacidade de alcançar certas subjetividades nas paisagens sociais do Brasil oitocentista, Maria Graham trouxe, em sua bagagem cultural, a vitalidade poética e a intensidade narrativa próprias do romantismo literário inglês. Dessa forma, sublinha-se que, ao interpretar a peculiar pluralidade da cultura brasileira, registrou em sua obra uma vasta galeria de cenas históricas, nas quais estão representadas as práticas das rotinas urbanas brasileiras, retratadas, sobretudo, pela imensa população de escravizados — homens e mulheres — que chegavam aos milhares em navios abarrotados nos portos brasileiros, vindos da África, e que ocupavam os espaços das vilas, cidades, fazendas, campos e sertões das províncias.

Para além dos testemunhos sobre a prática da escravidão, Maria Graham documentou a caracterização etnográfica e a indumentária próprias dos cativos, forros e livres, homens e mulheres, em suas diversas funções laborais nas províncias que visitou. A escritora fez comparações entre as distintas populações, buscando ilustrar, para seu público leitor, a realidade desconhecida que se revelou brutal aos seus olhos. Para isso, utilizou uma narrativa sensível, na qual detalhou aspectos muito próprios de cada contexto observado, refletidos na escrita como se fossem espelhos que ampliassem o alcance de suas denúncias.

Na pena de Maria Graham, aspectos da escravidão urbana no Rio de Janeiro

No dia 15 de dezembro de 1821, a escritora inglesa chegou pela primeira vez a cidade do Rio de Janeiro. Viera da Inglaterra em missão diplomática oficial à América Latina, a bordo da fragata de guerra de S. M. B. *Doris*, comandada pelo marido capitão da Marinha Thomas Graham, cujo destino final era a cidade de Valparaíso no Chile. Assim que ela avistou a exuberante paisagem do entorno da baía da Guanabara, o panorama causou-lhe um enorme maravilhamento, levando-a tecer comparações estéticas com outras paisagens conhecidas que julgava serem perfeitas em beleza, uma vez que a autora havia visitado a Índia, o Ceilão, a Escócia e a Itália, antes de embarcar para a missão diplomática na América do Sul. Nas palavras de Maria Graham:

Nada do que vi até agora é comparável em beleza à baía. Nápoles, o Firth of Firth, o porto de Bombaim e Tricomalee, cada um dos quais julgava perfeito em seu gênero de beleza, todos lhe devem preito porque esta baía excede cada uma das outras em seus vários aspectos. Altas montanhas, rochedos como colunas superpostas, florestas luxuriantes, ilhas de flores

brilhantes, margens de verdura, tudo misturado com construções brancas, cada pequena eminência coroada com sua igreja ou fortaleza, navios ancorados, ou em movimento e inúmeros barcos movimentando-se em um tão delicioso clima, tudo isso se reúne para tornar o Rio de Janeiro a cena mais encantadora que a imaginação pode conceber (Graham, 1956, p. 184).

Com sensibilidade, Maria Graham observa a movimentação de diversos navios estrangeiros e portugueses no entorno do porto do Rio de Janeiro. A sede da monarquia portuguesa estava em franco processo de crescimento. Tudo estava em movimento e o Rio de Janeiro no início do século XIX contava com a principal alfândega do reino. O intercâmbio de navios de longo percurso para a importação e exportação de artigos manufaturados e agrícolas, competia com o comércio transatlântico de homens, mulheres e crianças escravizadas vindas da África. O Rio de Janeiro em 1821, era a maior cidade da América do sul, e, paradoxalmente, abrigava uma população urbana formada por um terço de cativos.

Assim que desembarcou da fragata *Doris*, Maria Graham conseguiu, por intermédio de amigos conterrâneos, “uma casa confortável num dos subúrbios do Rio, chamado Catete” (Graham, 1956, p. 195). A partir de então, a escritora descreveu o entorno do vale das Laranjeiras ao pé do corcovado e revelou-nos que o nome daquele sertão se deu por influência dos inúmeros pés de laranja que existiam em ambos os lados do leito do rio que descia da alta montanha. A encantadora paisagem tropical observada pela viajante era adornada pelo efeito pitoresco que “um grupo de lavadeiras de todas as tonalidades” trabalhando a beira-rio emprestava a paisagem.

Logo à entrada do vale, uma pequena planície verde espraia-se para ambos os lados, através da qual corre o riacho sobre seu leito de pedras, oferecendo um lugar tentador para grupos de lavadeiras de todas as tonalidades, posto que o maior número seja de negras. E

elas não enriquecem pouco o efeito pitoresco da cena. Geralmente usam um lenço vermelho ou branco em volta da cabeça, uma manta dobrada e presa sobre um ombro e passando sob o braço oposto, com uma grande saia. É a vestimenta favorita. Algumas enrolam uma manta comprida em volta delas, como os indianos. Outras usam uma feia vestimenta europeia, com um babadouro bem desleigante amarrado adiante [...] (Graham, 1956, p. 197).

Ainda fora dos limites da corte, a escritora aproveitou os primeiros dias descrevendo os hábitos e modos da vizinhança nos subúrbios e “conhecer um pouco mais dos habitantes, dos quais, os mais divertidos, tanto quanto pude ver até agora, são certamente os negros que transportam frutas e verduras para vender” (Graham, 1956, p. 203). A autora continuou a descrever o singular grupo de cativos de ganho.ⁱ Acentuou, entretanto, que ao tomar conhecimento da história de vida e das características culturais destes indivíduos, sua maneira de vê-los mudou:

Os guardas –marinha fizeram amizade com alguns. Um deles tornou-se até amigo da casa, e depois de vender frutas de seu senhor, ganha uma pequena gratificação para ele próprio, pelos contos, suas danças e suas cantigas. Sua tribo, ao que parece, estava em guerra com um rei vizinho. Ele partiu para a luta ainda menino, foi feito prisioneiro e vendido. Esta é provavelmente a história de muitos, mas o nosso amigo a conta com movimento e ênfase, mostra as feridas, dança a sua dança de guerra, grita sua canção bárbara[...] (Graham, 1956, p. 203).

A alteridade presente nas representações da autora, ao abordar a problemática da escravidão, é a chave para entendermos a dimensão crítica de suas denúncias sobre a sociedade escravista brasileira. Maria Graham atribui aos cativos, a alegria das cidades brasileiras,

cotidianamente animadas pelas suas memórias coletivas expressadas nos cantos, batuques e danças:

Os negros tanto livres quanto cativos, parecem alegres e felizes no trabalho. Há tanta procura deles que se encontram em pleno emprego e têm, naturalmente boa paga. Lembram aos outros aqui o menos possível a triste condição servil, a não ser quando se passa pela rua do Valongo. Então todo o tráfico surge com todos os seus horrores perante nossos olhos. De ambos os lados estão armazéns de novos, chamados aqui peças, e aqui as desgraçadas criaturas ficam sujeitas a todas as misérias da vida de um negro novo, escassa dieta, exame brutal e açoite (Graham, 1956, p. 208).

Sobre o esforço pessoal que os escravizados deveriam empreender para terem mais chances de sobreviver ao cativeiro e conquistar alguma mobilidade social a partir da compra de suas alforrias, Maria Graham acrescentou à documentação arquivística existente sobre o tema valiosas contribuições, descrevendo a visita que fez à Fazenda N.S. da Luz, em Guaxindiba, localidade “cerca de doze milhas do Rio, para o fundo da baía” (Graham, 1956, p. 240).

Durante os três dias que passou na fazenda em companhia do administrador da propriedade, a autora nos conta que “os negros e mulatos têm fortes motivos para esforçarem-se em todos os sentidos e serem, consecutivamente, bem-sucedidos naquilo que empreendem” (Graham, 1956, p. 240). Maria Graham continua a descrever as engenhosas qualidades daquela população africana: “o Sr. P.[...] contou-me que os negros crioulos e mulatos são muito superiores em diligência aos portugueses e brasileiros, os quais, por causas não difíceis de serem imaginadas, são, pela maior parte, indolentes e ignorantes” (Graham, 1956, p. 240). Quanto às habilidades dos escravizados, Maria Graham aponta que eles “são os melhores artífices e artistas. A orquestra da ópera é composta,

no mínimo, de um terço de mulatos. Toda a pintura decorativa, obras de talha e embutidos são feitos por eles; enfim, excedem em todas as artes e engenho mecânico” (Graham, 1956, p. 240).

A autora acrescentou, ainda, informações relevantes sobre a vida cotidiana dos cativos na fazenda N.S. da Luz. Contou-nos, por exemplo, que durante um passeio que fez pela propriedade em companhia do capataz, encontrou, numa casinha, um casal de africanos escravizados já envelhecidos que, apesar de não trabalharem mais, continuavam morando nas terras do senhor e sustentavam-se com autonomia própria. Segundo Maria Graham, “eram dois negros envelhecidos a serviço da fazenda e hoje inúteis”. Acrescenta, ainda, que “de fato vivem numa cabana em terras do senhor, mas sustentam-se com a criação de algumas aves e com a fabricação de cestas” (Graham, 1956, p. 239).

Em outro momento, a inglesa relata que presenciou a passagem da revista semanal de toda a população escravizada da fazenda, quando então eram entregues pelo administrador roupas novas aos homens e mulheres: “distribuíam-se camisas e calças limpas aos homens; blusas e saias às mulheres, de algodão branco muito grosso”. Além de receberem roupas limpas, os cativos respondiam perguntas “relativas a eles próprios, sua família e seu trabalho” e, então, cada um “recebia uma quantidade de rapé ou tabaco, segundo a sua preferência” (Graham, 1956, p. 240). Ao final dessa narrativa, a autora descreve os cantos e batuques que presenciou na senzala dos cativos casados. Iluminados pela luz do luar, esses rituais eram uma manifestação do grupo ao culto à lua e às ricas memórias culturais que ali se entrelaçaram:

Foi então que ouvi sons de música [...] a voz dos cativos [...] enganando seus sofrimentos com cantigas estranhas tocadas em rudes instrumentos africanos [...] fui logo às cabanas dos casados, onde se realizava a função e encontrei os grupos a brincar, a cantar e a dançar à luz da

lua. As venerações supersticiosas por este belo planeta dizem ser bem generalizadas na África, tal como pelas Plêiades entre os índios do Brasil; provavelmente [...] ainda que batizados, dançam para a lua lembrando-se de casa (Graham, 1956, p. 242).

Nas primeiras décadas do Oitocentos, as ruas do Rio de Janeiro estavam animadas pelas altas vozes da imensa população de cativos de ganho. Misturados à população livre e alforriada, estes escravizados de aluguel apregoavam suas mercadorias em um esforço incessante de venda, de maneira que pudessem, ao fim do dia, efetuar os pagamentos obrigatórios aos seus proprietários, do produto obtido nas longas jornadas de trabalho. Todos eles, entretanto, transitavam pelas ruas da corte, levando aos mercados da cidade uma grande variedade de produtos. Sobre as características do mercado de aluguel de homens e mulheres cativos, Mattoso (1990) aponta que:

A especialização do cativo é determinada segundo as necessidades do mercado ou a boa vontade do senhor [...] O escravizado é, às vezes, simplesmente alugado no mercado de locação de serviços. É possível alugá-lo ao dia, à semana, ao mês, ao ano ou por mais tempo. Em geral, para prazos muito curtos (um dia, uma semana) o contrato é verbal; para períodos mais longos é feito um registro no cartório (Mattoso, 1990, p. 141).

Relativo às mulheres vendeiras e quitandeiras de ganho, o trabalho lhes valeria uma pequena renda amealhada pelo pagamento de seus bons serviços, uma vez que estas “mulheres escravizadas agenciavam suas vidas não como objetos passivos [...], mas como sujeitos com lógicas próprias forjadas em experiências sociais concretas” (Gomes, 1992, p. 19). Esses singelos ganhos, eram gratificações que variavam de acordo com a boa vontade de seus senhores e seriam usados para conquistar ao longo da vida, um pecúlio pessoal, que, num futuro distante lhes possibilitaria,

dentre outras aspirações, a compra da própria alforria. Sob tal perspectiva, Reis (2016) aponta que algumas escravizadas de ganho, puderam até economizar dinheiro suficiente para libertar a si e a membros de suas famílias.

Nas animadas e barulhentas ruas e mercados da cidade do Rio de Janeiro, em meio ao vai e vem alvoroçado de tabuleiros de quitutes e frutas, carregadores de água, cadeirinhas e seges, carruagens e carroças e, ainda, pesados carros de bois, via-se transitar mulheres com crianças presas ao corpo, homens com fardos à cabeça, velhos empurrando carroças, jovens carregando barris de água, vinho ou detritos e crianças vendendo doces. No dia a dia da vida carioca, o cenário da escravidão era urbano. Circulando entre vielas, becos e ruas lamacentas com calçamentos precários, iluminação escassa, onde os chafarizes repletos de lavadeirasⁱⁱ e bicas d'água fresca abasteciam os tonéis dos cativos, os sons dos pregões populares eram anunciados em palavras cantadas, atraindo os possíveis compradores (Soares, 1988, p. 112). Nessa algazarra pública de barulho intenso, “uma chusma de pretos seminus [...] conduzidos à frente por um que dança e canta [...] na cadência de monótonas estrofes [...] entoando a cada passo melancólica cantilena” (Ebel, 1972, p. 13), dava o tom da estranha realidade que Maria Graham vivenciava na corte imperial. Todo esse elenco mundano se juntava a vivazes tocadores de realejo, barbeiros ambulantes, cocheiros ocupados e toda sorte de trabalhadores braçais.

Contudo, para que a roda da economia escravista se mantivesse girando em ritmo acelerado, a capital do Império tinha, àquele tempo, o pequeno bairro do Valongo destinado exclusivamente ao comércio de cativos, conhecido como a Pequena África, que contava com a “maior concentração de escravizados, desde Roma” (Schwarcz, 2011, p. 230). Ao visitar o Valongo à noite, em 1º de maio de 1823, Maria Graham descreveu em seu *Diário de uma viagem ao Brasil* (1956) o aspecto do sinistro comércio. Lá, dezenas de depósitos abafados e úmidos abrigavam jovens meninos e meninas, “pobres criaturas [...] muito fracas”, o que a comoveu profundamente:

Vi hoje o Valongo. É o mercado de escravizados do Rio. Quase todas as casas desta longuíssima rua são um depósito de cativos. Passando pelas suas portas à noite, vi na maior parte delas bancos colocados rente às paredes, nos quais filas de jovens criaturas estavam sentadas, com as cabeças raspadas, os corpos macilentos, tendo na pele sinais de sarna recente. Em alguns lugares as pobres criaturas jazem sobre tapetes, evidentemente muito fracos para sentarem-se. Em uma casa as portas estavam fechadas até a meia altura e um grupo de rapazes e moças, que não pareciam ter mais de quinze anos, e alguns muito menos, debruçavam-se sobre a meia porta e olhavam a rua com faces curiosas. Eram evidentemente negros bem novos. Ao aproximar-me deles, parece que alguma coisa a meu respeito lhes atraiu a atenção; tocavam-se uns nos outros para certificarem-se de que todos me estavam vendo e depois conversaram no dialeto africano próprio com muita vivacidade. Dirigi-me a eles e olhei-os de perto, ainda que mais disposta a chorar. Fiz um esforço para lhes sorrir com alegria e beijei a minha mão para eles; com tudo isso pareceram eles encantados; pularam e dançaram, como que retribuindo as minhas cortesias. Pobres criaturas! Mesmo que pudesse eu não diminuiria seus momentos de alegria, despertando neles a compreensão das coisas tristes da escravidão; mas apelaria para os seus senhores, para os que comprem e para os que vendem, e lhes imploraria que pensassem nos males que traz a escravidão, não somente para os negros, mas para eles próprios e, não somente para eles, mas para suas famílias e para suas descendências (Graham, 1956, p. 274-275).

No vale das Laranjeiras, a proximidade com vizinhos quilombolas

Já era verão no Rio de Janeiro, e os dias se alongavam em mais claridade e calor. Em novembro de 1824, Maria Graham mudou-se para uma pequena e solitária casinha no belo vale das Laranjeiras, nos arredores suburbanos da corte, onde permaneceria até seu retorno para a Inglaterra em setembro do ano seguinte. A escritora detalhou a sua nova residência, como tendo apenas “uma única janela de vidros” (Graham, 1997, p. 112). Em seus últimos meses de permanência no Brasil, vivendo em uma quase total solidão no vale das Laranjeiras, suas únicas e constantes companhias, por este tempo, foram “a preta Ana como criada, um mulato (livre) extremamente destro na agulha, que me trazia provisões, e, segundo eu estava convencida, guardava-me a casa, e o preto José” (Graham, 1997, p. 113).

Contudo, em suas notas, a escritora relatou que em um certo dia, “vim a saber que havia um núcleo de escravizados fugidos não longe de minha habitação” (Graham, 1997, p. 112). Desta passagem, Maria Graham deixou-nos uma contribuição para os estudos contemporâneos acerca da formação de quilombos nos arredores do Rio de Janeiro. Ao longo de sua escrita, ela informou sobre as atividades comerciais exercidas por estes núcleos de resistência de cativos foragidos. A escritora relatou que: “descobri ainda que as cestas, ovos, aves e frutas que me eram vendidos, vinha dessa gente, porque, como diziam eles, por meio de Ana, sabiam que eu era amiga dos pretos e que nunca delataria a existência de um núcleo de negros fugidos” (Graham, 1997, p. 112). De fato, ela nunca os delatou e “em consequência, eu me considerava bem garantida em relação aos meus desmoralizados vizinhos” (Graham, 1997, p. 112).

Ao relatar as atividades comerciais exercidas entre a comunidade quilombola e ela, Maria Graham reforçou a tese acerca da pluralidade de relações encontradas entre diversos modelos de resistência da população africana escravizada. Segundo estas perspectivas, os redutos isolados de

cativos fugidos possuíam características agrárias e produziam tanto para o consumo próprio, quanto para o abastecimento das “fazendas, vilas e entrepostos de trocas” (Gomes, 2015, p. 238). Na maioria dos casos, a origem da formação dos quilombos estava fundamentada na intransigência dos proprietários ao desconsiderar certas conquistas individuais obtidas pelos cativos, permitindo assim, a emergência de impasses insuperáveis entre eles e a casa grande. Dito isto, os quilombolas ao estabelecerem redes de sociabilidades, nos âmbitos cultural e econômico com os demais setores da sociedade, fizeram das trocas com taberneiros, barqueiros, lavradores locais e pequenos sitianteiros, as bases de suas autonomias contra as expedições escravizadoras. Esta interpretação ressignifica, portanto, o conceito de resistência dos quilombos associado apenas a ideia de marginalização dos indivíduos em condição de sujeição. Na atual perspectiva historiográfica, vemos que, “o tempo todo as comunidades estavam conectadas com agentes da sociedade no seu entorno [...] Com as transações comerciais vieram também os intercâmbios religiosos e culturais e miscigenação étnica” (Gomes, 2015, p. 242).

Segundo as análises tradicionais sobre o aparecimento de quilombos e mocambos – denominações específicas, que designam um mesmo fenômeno circunscrito, contudo, em épocas e lugares diferentes – estes grupos de escravizados fugidos, viveriam a margem da própria lógica escravista vigente. Numa tentativa de reconstruírem as bases de resistência contra a opressão das senzalas e de reforçar as suas ancestralidades culturais, mantinham-se isolados em locais remotos, e desta forma tudo o que produziam era apenas para o consumo próprio. Entretanto, “nos estudos contemporâneos sobre o tema [...] a resistência [...] foi entendida como uma das faces das lutas complexas [...] que eram vivenciadas [...] no cotidiano [...] em busca de autonomia [...] com cultura, economia e lógica próprias” (Gomes, 1995, p. 39).

Na cidade do Rio de Janeiro oitocentista, os crimes, atentados pessoais e roubos domésticos, na maioria das vezes eram associados aos

escravizados urbanos. Entretanto, nos arredores e subúrbios da corte, tais crimes estavam relacionados à presença de cativos fugidos e quilombolas escondidos nas matas das proximidades. Existia, portanto, um grande temor por parte da população de moradores e sitiante de serem vítimas de tais ataques. Maria Graham observou este fenômeno e documentou: “note-se que, no Rio a ideia de roubo pelos negros fugidos, e a de atentados pessoais, estão muito ligadas” (Graham, 1997, p. 113). A escritora transcreveu para as suas páginas a vida cotidiana dos moradores dos bairros mais afastados do centro da cidade, revelando o medo constante de serem atacados pelos quilombolas. Quanto a sua própria segurança e a dos vizinhos, a inglesa, revelou que relativo a ela, “considerava bem garantida [...], mas não se dava o mesmo com a boa gente portuguesa e brasileira da vizinhança” (Graham, 1997, p. 113). Na sequência, Graham (1997), contou sobre um grande roubo que aconteceu na casa dos seus vizinhos portugueses:

Uma tarde, após uma festa que durara tanto tempo que os criados e as senhoras já se haviam retirado para descansar e os homens empenhados no jogo, continuavam sentados, de portas abertas, devido ao calor, uma malta entrou pela casa e roubou todos os objetos de prata. Inclusive os castiçais da antessala, junto ao *hall* onde se jogava! Não foi senão quando as visitas, ao voltar para casa, saíram para acordar seus criados, dormindo nas varandas, que o dono da casa descobriu ter sido roubado [...] em consequência, ao raiar do dia, a casa do meu vizinho estava vazia de habitantes e o alarma se espalhou pelo vale (p. 113).

Sobre a repercussão deste atentado, a escritora registrou que, “o roubo das Laranjeiras foi de importância suficiente para atrair a atenção do governo [...] duas ou três companhias de soldados foram designados para revistar as florestas, com o próprio Imperador conduzindo-os pelos caminhos mais difíceis” (Graham, 1997, p. 114).

Todos os moradores do vale estavam amedrontados. Maria Graham informa que após este incidente, ela continuou “a morar na casa de campo, sem nenhum medo de invasão, até a décima ou undécima noite após o grande roubo” (Graham, 1997, p. 115). Entretanto, assustada, ela também vivenciaria, em companhia da criada Ana, a ameaça de ter sua própria casa invadida. Contudo, a vista de não possuir armas de fogo em sua casa e sequer contar com qualquer iluminação, Maria Graham elaborou um plano audacioso, com o intuito de assustar e afugentar o forasteiro. Sua estratégia deu certo e sobre a suposta identidade do intruso, ela comentaria que “eu sempre pensei que não deveria ter sido mais que um pobre cativo fugido, que estava perseguido, e não sabendo que a minha casa estava habitada, havia tentado abrigar-se ali” (Graham, 1997, p. 115).

Ouvi à minha porta um sussurro como se alguém estivesse tentando entrar em minha casa. Prestei atenção e ouvi distintamente que estavam experimentando duas ou três janelas, uma atrás da outra. Depois o ferrolho de meu próprio quarto foi sacudido. Lembrei-me que não tinha armas de nenhuma espécie em casa e que além disso não tínhamos luz. Segredei a Ana que respondesse “sim” — a tudo que eu dissesse. Então chamei-a para que trouxesse as pistolas que ela acharia embaixo de minha cama e que trouxesse com cuidado porque estavam carregadas! Ela respondia — “sim senhora” — a cada ordem tão alto quanto podia gritar. Como a janela ficava a uma grande distância do terreno, o que era uma grande vantagem para nós, tomei minha machadinha e fiquei junto dela, decidida, se aparecesse um invasor solitário, a golpear lhe a mão se abrisse a janela [...]. Gritei, então, tão alto quanto pude — “Quem está na janela? — Fale! Se for amigo diga o que quiser, se não, saia imediatamente, porque vou atirar!” A ideia deu certo, pois logo ouvimos alguém quebrando os galhos, e saltando na estrada muito

embaixo (p. 114-115).

Logo após este episódio, a inglesa tomou providências quanto à sua segurança. Vendeu alguns talheres de prataⁱⁱⁱ, o que lhe permitiu comprar um cavalo branco, um cachorro e contratar “um negro, rapaz realmente bravo”, sobre quem registrou interessante biografia. Com este relato, Maria Graham resgatou algumas características das organizações étnicas africanas, ordenadas pelas ancestralidades culturais dos povos africanos. Para o “meu novo José”, um negro livre, e que “era filho de um rei da África”, o fato de ter se tornado vítima do tráfico transatlântico de cativos foi “uma consequência de uma guerra malsucedida” (Graham, 1997, p. 115). A autora narrou que, quando ainda em sua terra natal, durante uma disputa entre tribos inimigas, ele teria sido considerado morto e, por isso, abandonado no campo de batalha. Consequentemente, José foi aprisionado e, escravizado, “sobrevivera à travessia e, ainda que indignado por [tornar-se cativo] acostumara-se a considerar isso como uma consequência de uma guerra malsucedida e, não deixava que sua indignação estragasse o seu bom humor” (Graham, 1997, p. 115).

Enquanto seu alegre companheiro africano transmitia oralmente suas memórias ancestrais em longas conversas, dificultadas por “seu conhecimento muito imperfeito do português e a minha ignorância total das línguas africanas”, Maria Graham traduzia, em sua escrita, a originalidade daqueles relatos. A escritora, que provavelmente foi a única pessoa a registrar a história de vida daquele “inteligentíssimo rapaz”, revelou que isso, “me impressionou tanto que o fiz repetir várias vezes” (Graham, 1997, p.115).

O maior prazer de José, enquanto estive comigo, era trazer um banco, sentar-se do lado de fora da janela de meu quarto, se me via somente desenhando ou trabalhando, e, pegando uma cobra para tirar a pele, suas roupas para remendar, ou os arreios do cavalo para

limpar, entreter-me com histórias da grandeza de seu pai na África: como obrigava os homens de importância reverenciá-lo e como, quando ele queria mandar uma mensagem a um grande homem muito longe, enviava uma vara com um pedaço de algodão enrolado em torno, com marcas. Quando estas marcas correspondiam com outra vara, que o potentado possuía, ele sabia o que o Rei desejava que ele fizesse (p.115).

No vale das Laranjeiras, o tempo, que vagava lento e alheio ao burburinho urbano, cadenciava suavemente a vida de Maria Graham. Assim, em meio às visitas esporádicas às casas de amigos brasileiros e estrangeiros e às cumpridas conversas sobre a exótica africanidade de seu criado José, o ano de 1825 avançava silencioso.

No dia 10 de setembro de 1825, Maria Graham, a bordo da fragata inglesa *Sibillia*, deixou lentamente o porto do Rio de Janeiro com destino à Inglaterra. A inglesa pôde ver, então, a cidade barulhenta afastando-se para sempre e a paisagem exuberante, que tanto a maravilhara no passado, esmaecendo-se nas brumas do entardecer.

Aos poucos, o som do vento largo insuflando as velas envolvera, em frenética atividade, toda a tripulação do navio que levava a escritora de volta para casa. Divagando, seus pensamentos — que oscilavam entre as ondas — percorriam as lembranças do que deixara para trás. Mrs. Graham considerou, por um momento, que havia ficado no passado um tempo obscuro, de escravidão e privações. Todavia, refletiu em seguida, que fora, sobretudo, o tempo das transformações e rupturas que marcariam o longo processo da independência do Brasil.

Considerações Finais

Ao longo das reflexões expostas neste estudo, evidenciamos a mentalidade curiosa e crítica de Maria Graham acerca da dinâmica das representações e práticas da escravidão urbana no Rio de Janeiro oitocentista. Seus relatos, publicados nas obras *Diário de uma Viagem ao Brasil* (1956) e *Esborço Biográfico de D. Pedro I* (1997), constituem fontes documentais preciosas, pelo detalhamento e pela riqueza das informações contidas. Através da observação atenta e da sensibilidade crítica, o cenário da escravidão brasileira ocupou um lugar de destaque na produção textual da autora. Importante temática de tamanha complexidade, aquela realidade alcançou, na pena da escritora, a sua interpretação mais dramática.

Enquanto esteve de passagem pela província do Rio de Janeiro, o olhar de Maria Graham permaneceu voltado para a desterrada população de africanos, manifestando, em sua escrita, toda a indignação e o repúdio que sentiu ao constatar a estrutura econômica baseada em mão de obra escravizada, que encontrara nas terras brasileiras. Ao descrever as nuances do cotidiano na corte, a inglesa lançou luz sobre as complexas formas de trabalho, resistência e busca por autonomia empreendidas pelos africanos cativos no Brasil das primeiras décadas do século XIX.

Nesse sentido, as plurais elaborações narrativas de Maria Graham tecem tramas nas quais o olhar aguçado da escritora sobre as questões socioculturais do Brasil imbrica-se às subjetividades específicas daquelas sociedades provinciais nas primeiras décadas do século XIX. Em um contínuo e dinâmico processo interpretativo, a autora deixa transparecer ao leitor a multiplicidade de intenções coexistentes em seu texto, salientando o ineditismo de sua concepção narrativa como uma grande contribuição para as pesquisas históricas contemporâneas e futuras sobre o período.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes:

EBEL, Ernest. **O Rio de Janeiro e seus arredores em 1824**. Tradução e notas de Joaquim de Sousa Leão. São Paulo: Editora Nacional, 1972.

GRAHAM, Maria. **Diário de uma viagem ao Brasil**. Tradução de Américo Jacobina Lacombe. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1990.

GRAHAM, Maria. Escorço Biográfico de Dom Pedro I. IN: LACOMBE, Américo Jacobina. **Correspondência entre Maria Graham e a Imperatriz Dona Leopoldina**. Tradução de Américo Jacobina Lacombe. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1997, pp. 27-150.

Referências Bibliográficas

DEL PRIORE, Mary. **Histórias da Gente Brasileira, v.2, Império**. São Paulo: LEYA Editora Ltda., 2016.

FREYRE, Gilberto. **Ingleses no Brasil**. Rio de Janeiro: Topbooks, 3º Ed., 2000.

GOMES, Flávio dos Santos. **História de quilombos**: mocambos e comunidade de senzalas do Rio de Janeiro - século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e quilombos**- uma história do campesinato negro no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MATTOSO, Kátia de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. 3ª Ed., São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

REIS, João José. **De escravo a rico liberto**: a trajetória do africano Manoel Joaquim Ricardo na Bahia oitocentista. Rev. His. (São Paulo), n. 174, p.15-68, jan., jun., 2016.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **A longa viagem da Biblioteca dos Reis**. São Paulo: Companhia das Letras, 2ª Ed., 2002.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; COSTA E SILVA, Alberto da (Org.). **História do Brasil Nação**: crise colonial e independência - 1808-1830. Editora Objetiva, 2011.

SOARES, Carlos. **Os escravos de ganho no Rio de Janeiro do século XIX**. Revista brasileira de História. São Paulo, v.8, n. 16, pp. 107-142. Mar. /ago. 88.

Notas:

ⁱ Luiz Carlos Soares analisa o trabalho também conhecido como Chafariz dos escravizados urbanos no Rio de Lavadeiras: em 1836 ele fornecia água Janeiro, apresentando a tipologia da para aproximadamente duas mil chamada “escravidão de ganho”, lavadeiras[...]A maior parte da água do caracterizada pelo emprego de Rio de Janeiro vinha do aqueduto “do numeroso contingente de cativos em Carioca”. Por meio de canais sustentados inúmeras atividades econômicas de por grandes arcos, semelhante aos prestação de serviços, como em aquedutos romanos, atravessava montes pequenos comércios, quitandas, e vales, conduzindo água das nascentes barbearias, transporte de cargas e do Corcovado até as diversas fontes e passageiros, oficinas artesanais, tanques da cidade”. Entretanto, a manufaturas e comércio ambulante. distribuição de água não era suficiente Essa modalidade de trabalho, além de para abastecer todas as bicas e manter o sustento do proprietário e de chafarizes da cidade e a autora sua família, conferia certa autonomia complementa que, “por falta de água, em econômica a esses grupos escravizados, muitas regiões havia queixas constantes, pois, ainda que tivessem que efetuar os protestos e brigas envolvendo cativos e pagamentos obrigatórios em certos aguadeiros. Não faltavam confusões por diários, semanais ou ainda mensais, várias razões, e as bicas e chafarizes que eles tinham a oportunidade de juntar ao ficavam depredados, prejudicavam o longo dos anos certo pecúlio, que seria abastecimento. Para evitar problemas, usado para a compra de alforrias de patrulhas públicas vigiavam os tanques e outros cativos. Segundo o autor, “Na chafarizes como o da Carioca. primeira metade do século XIX, a Mantinham a ordem e puniam os presença de grandes contingentes de infratores. Carroceiros iam de casa em [escravizados] nas ruas do Rio de casa oferecendo as bilhas cheias: eram os Janeiro, foi um fenômeno muito aguadeiros” (Del Priore, 2016, p. 180-181-comum, que impressionou inclusive a 182).

muitos viajantes estrangeiros que ⁱⁱⁱ Segundo Freyre (2000), “outro aspecto a visitaram a cidade. Uma parcela salientar-se das primeiras relações considerável [...] era constituída pelos comerciais da Grã-Bretanha com o Brasil, [escravizados] de ganho” (Soares, 1988, depois de 1808, é que entre as p. 108). importações mais consideráveis de

ⁱⁱ Sobre o abastecimento de água no Rio procedência inglesa no Brasil — ao lado de Janeiro e a dinâmica social do ferro, do vidro, da louça doméstica — relacionada aos chafarizes, e bicas Del tomaram relevo os talheres, isto é, facas Priore (2016) esclarece que, “era grande e garfos, as tesouras, as navalhas, os a movimentação de pessoas ao redor artigos de cutelaria que desde os do chafariz do Campo de Santana, primeiros anúncios minuciosos de leilões

burgueses aparecem com relevo entre os objetos de uso doméstico [...] entre a própria burguesia brasileira menos polida do Rio de Janeiro, e não apenas entre a gente rústica do interior, do hábito oriental de comerem os senhores, e não somente os [escravizados] com os dedos e muitas vezes de tigela ou vasilha comum; até de simples cuia ou cabaça. Evidentemente, estava no interesse dos ingleses que o velho hábito oriental — outrora também na Europa — fosse substituído, no Brasil, pelo uso generalizado de faca e garfo individuais” (Freyre, 2000, p. 234).